

Dimensão subjectiva de pobreza na cidade de Luanda

Paulo de Carvalho *

Diz-nos Amartya Sen [1999: 27] que “morrer de fome é, claramente, o aspecto mais significativo da pobreza”. Mas pobreza não é apenas isso. Para entendermos o que é pobreza, partamos da definição de Townsend¹, para quem “indivíduos, famílias e grupos na população consideram-se em situação de pobreza, quando defrontam falta de recursos que lhes permitam ter o tipo de alimentação, participação nas actividades e condições de vida e conforto que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajados ou aprovados, nas sociedades a que pertencem. Os seus recursos estão situados de tal forma abaixo dos disponíveis pelo indivíduo médio, que ficam assim, de facto, excluídos dos padrões normais de vida, costumes e actividades” [apud Pereirinha 1996: 211-212].

Para além de abarcar o conceito de pobreza, esta definição possibilita o enquadramento da pobreza no mais geral contexto de exclusão social, visto que a pobreza é um dos factores que geram privação, sendo este o elemento fundamental da exclusão social. O que se passa é que os pobres angolanos estão também excluídos noutras dimensões. Isso

* Sociólogo, professor auxiliar na Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola) e investigador no Centro de Estudos Africanos do ISCTE (Lisboa, Portugal).

¹ P. Townsend *Poverty in the United Kingdom*, 1979, Londres: Penguin Books, p. 31.

quer dizer que, em Angola, a pobreza funciona em acumulação com outras dimensões de exclusão social – social, cultural, política, patológica e por comportamento auto-destrutivos [cf. Costa 1998, Carvalho 2004].

A pobreza não é uma condição estática. Há realmente indivíduos que nasceram em meio familiar pobre e agregados familiares que vivem em situação de pobreza há várias gerações, mas há também indivíduos e agregados familiares que transitam para uma situação de pobreza, assim como outros que saem dela. Existem situações de ascensão social e de fracasso, que provocam dinâmicas no quadro da pobreza e da exclusão social.

Existe consenso quanto a considerar-se pobre aquele indivíduo que não consegue atingir determinado patamar, que lhe permita a subsistência, ou em termos biológicos, ou em termos do padrão de vida considerado aceitável [vide Capucha 1992, Mingione 1993, Stitt 1994, Sen 1999 e 2000, May 2000]. Este consenso encerra dois elementos, que se considera ser de separar em duas formas de operacionalização distintas – uma de pobreza absoluta e outra, de pobreza relativa [Sen 1983, 1985, 1999].

A *pobreza absoluta* tem a sua referência fora da medida de pobreza, remetendo-nos para o factor biológico, ou seja, para a subsistência do organismo humano. Neste caso, pobre é todo aquele que não possui meios que lhe permitam sobreviver ao nível universalmente considerado aceitável, ou seja, não dispõe de recursos que lhe garantam a satisfação das necessidades básicas.

Existem reticências em relação à utilização do conceito de pobreza absoluta, visto que não considera diferenças culturais, de espaço geográfico e de tempo. Será admissível considerar-se uma mesma linha de pobreza para países com diferente grau de desenvolvimento, para regiões com hábitos culturalmente díspares, ou para o meio urbano e o meio rural? A oportunidade de relativização do conceito de pobreza tem também a ver com as condições do meio físico. Para justificar esta afirmação, pode-se utilizar o exemplo segundo o qual “a posse de 10 hectares de terra pode fazer uma pessoa pobre numa região de deserto, mas rica numa zona fértil” [Yunus 2002: 106].

Por outro lado, se considerarmos uma linha de pobreza com base num suposto número mínimo de calorias necessário à sobrevivência humana, não temos em conta que o número de calorias dos produtos alimentares não tem qualquer relação, nem com o preço

dos produtos² (factor que não se pode olvidar, quando se abordam os recursos), nem com os padrões de consumo. Aquilo que em determinado espaço geográfico se considera fazendo parte da dieta mínima indispensável pode muito bem situar-se abaixo (ou acima) desse consumo calórico mínimo. O que se passa é que a cultura determina os padrões de consumo, independentemente da quantidade de calorias deste ou daquele produto.

A forma que se encontra para superar as deficiências do conceito de pobreza absoluta é a utilização de uma linha de *pobreza relativa*. Neste caso, a medição da pobreza considera diferenças entre pessoas, grupos sociais e, mesmo, sociedades. São os padrões próprios de cada época histórica, cada espaço geográfico ou cada espaço cultural que determinam a linha de pobreza a adoptar. As taxas de pobreza são, assim, indicadores de desigualdade social entre estratos sociais ou áreas geográficas [cf. Glaude 1998, Stitt 1994: 49-80]. O que se faz, neste caso, é estabelecer um valor de rendimentos, abaixo do qual estão os pobres. Em diferentes sociedades estabelecem-se valores diferentes para o limiar de pobreza relativa, considerando o nível médio de rendimentos; os mais comuns são 50%, 75% ou mesmo 100% da média de rendimentos³. Apesar de, neste caso, haver reticências que resultam da necessidade de se considerarem noções como as de património e estabilidade de rendimentos, parece-nos que esta acepção permite um maior rigor metodológico – tanto de análise, quanto no que respeita a técnicas de investigação do fenómeno – possibilitando ao mesmo tempo uma maior aproximação da operacionalização do conceito à realidade. Mas mantém-se a relativa arbitrariedade na fixação do limiar de pobreza relativa.

Há quem considere que a pobreza está nos olhos do observador. Apesar de se tratar aqui de um elemento de descrição (e não de prescrição), a verdade é que existe uma *dimensão subjectiva de pobreza*, nos termos da qual pobres são aqueles que se consideram pobres ou que são considerados pobres. Não se trata propriamente de um juízo de valor que considera a pobreza algo moralmente condenável [Sen 1999: 34-37], mas da percepção dos próprios pobres acerca da sua condição e da percepção social de pobreza [cf. Gaulejac &

² Há produtos mais caros, com poucas calorias.

³ Quanto mais baixo o nível médio de rendimentos num espaço geográfico, maior é normalmente a aproximação do limiar de pobreza ao valor médio de rendimentos. Em Angola, onde é bastante baixo o nível de rendimentos, estabeleceu-se que o limiar de pobreza relativa corresponderia exactamente à média de rendimentos [Instituto 1996: 9].

Léonetti 1994: 60-62]. Apesar de a definição de pobreza variar de pessoa para pessoa e de estrato para estrato social e apesar de os interesses de uma pessoa influenciarem claramente os seus valores [Sen 1999: 35], a verdade é que se pode falar em termos empíricos de uma percepção social de pobreza que, apesar de subjectiva, não se afastará largamente da vivência objectiva com a pobreza. Para além disso, a incorporação da dimensão subjectiva na avaliação dos sentimentos de necessidade e de privação pode trazer luz sobre uma série de elementos que a avaliação objectiva pura e simplesmente ignora, por não utilizar técnicas de investigação que permitam chegar a eles.

É preciso acrescentar que a sociologia existe para explicar a realidade social. Por outro lado, deve ter-se presente que as pessoas se defrontam no dia-a-dia com categorizações, estereótipos e epítetos que resultam muitas vezes de avaliações subjectivas – incluindo uma avaliação subjectiva de pobreza⁴. Daí a necessidade de a sociologia não se limitar à dimensão objectiva de pobreza. Os elementos sobre a dimensão subjectiva de pobreza na cidade de Luanda, que se apresentam nesta comunicação, constam da tese de doutoramento do autor [Carvalho 2004].

Pobreza em Angola

Em Angola, há conhecimento da realização de estudos acerca da pobreza desde o ano de 1990, que são normalmente executados pelo Instituto Nacional de Estatística, com financiamento de organizações internacionais, como sejam o UNICEF, PNUD e FAO⁵.

Devido a razões de segurança, esses estudos não têm tido dimensão nacional, circunscrevendo-se a áreas sob controlo governamental, sobretudo a sedes de província⁶. Mas há casos em que se atingiram áreas rurais, registando-se inclusivamente dois inquéritos de indicadores múltiplos de âmbito nacional, feitos por amostragem – o primeiro dos quais

⁴ É prova disso, o exemplo de um indivíduo negro que se apresenta vestido de forma comum, em sociedades como a portuguesa, ser considerado imigrante, trabalhador da construção civil e pobre.

⁵ Bender & Hunt 1991, Instituto 1996, Ministério & FAO 1997, PNUD 2000.

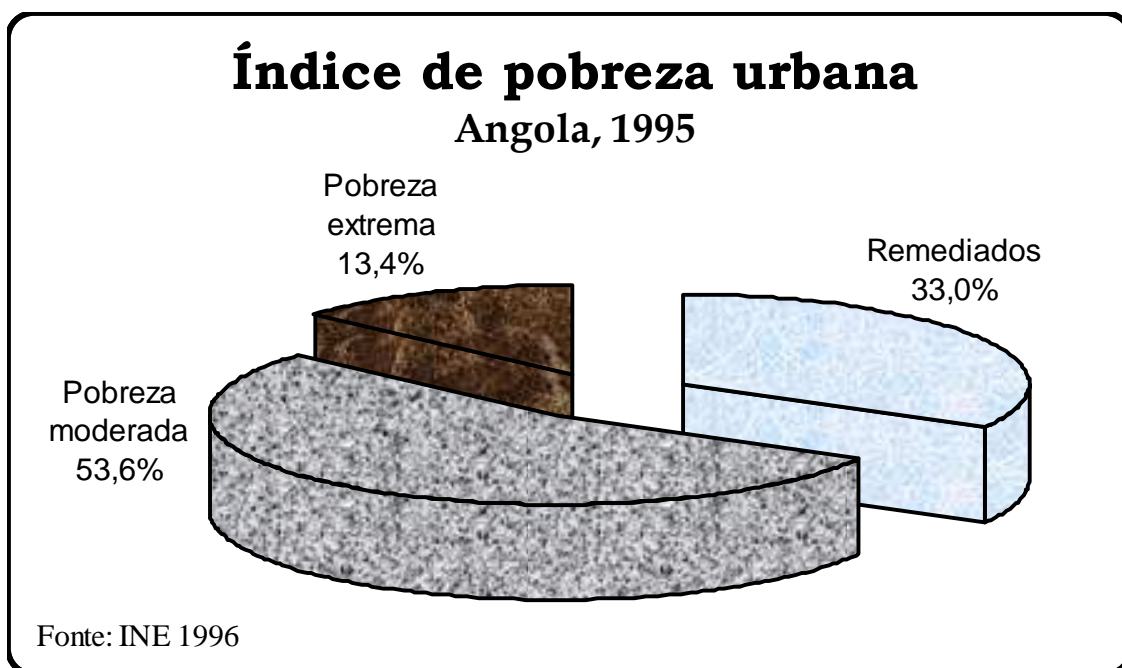
⁶ É preciso dizer que todos os estudos sobre pobreza feitos em Angola tiveram lugar durante a guerra civil pós-independência, que terminou em 2002.

a partir da divisão do país em regiões e o segundo em todas as províncias do país [Instituto & Unicef 1997 e 2002].

Apesar das limitações em relação à representatividade das amostras utilizadas (motivadas, quer pela impossibilidade de dar a cada unidade administrativa igual probabilidade de fazer parte da amostra, quer pela ausência de censos populacionais desde 1970, quer pela ausência de censos habitacionais, quer ainda devido à instabilidade política), os estudos mencionados são os únicos de que há conhecimento, sendo por isso as únicas referências em relação a taxas de pobreza em Angola⁷.

Vejamos, pois, o que dizem os dados acerca da pobreza em Angola.

Gráfico 1



⁷ Acerca das limitações metodológicas das medidas de pobreza em Angola, ver Carvalho 2004: 90-92, 94-99.

No ano de 1995, estimava-se que 67,0% dos habitantes da Angola urbana vivam abaixo da linha de pobreza relativa, que considerava rendimentos da ordem dos 80.575 novos kwanzas (equivalentes a 40 dólares americanos)⁸. Em situação de pobreza extrema (cuja linha considerava um terço da despesa média mensal alimentar dos agregados familiares por adulto, ou seja, 28.881 novos kwanzas ou 14 dólares americanos) estavam 13,4% dos angolanos residentes em meio urbano [Grave & Ribeiro 1999]. Pode, portanto, dizer-se que a estimativa de pobreza apontava em 1995 para dois terços dos angolanos residentes em áreas urbanas, vinte por cento dos quais viviam em situação de extrema pobreza. Acima da linha de pobreza estava somente um terço dos angolanos do meio urbano (gráfico 1).

Seis anos mais tarde, a partir de um inquérito realizado em 2000/2001 pelo Instituto Nacional de Estatística, conclui-se ter havido alterações a este respeito, tal como ilustram a tabela 1 e o gráfico 2. A principal conclusão dá conta de ter aumentado o número de pobres, no período 1995-2001: de 67,0% para 68,2% indivíduos e de 60,8% para 63,2% agregados familiares⁹. Mas o dado mais importante dá conta de ter havido um aumento significativo da dimensão de pobreza extrema: no período 1995-2001 o número de angolanos extremamente pobres aumentou em 96% e o número de agregados familiares que vivem em situação de extrema pobreza aumentou em 119%. Isso significa que, nesse espaço de tempo, aumentou ligeiramente a incidência da pobreza na Angola urbana; esse aumento deveu-se fundamentalmente ao empobrecimento de uma fatia substancial dos moderadamente pobres (indivíduos e agregados familiares). Em contrapartida, a ter havido qualquer ascensão na escala individual ou familiar de riqueza, trata-se de casos isolados, sem qualquer expressão estatística.

Pode-se acrescentar, de acordo com Ceita [2001] e tal como era de prever, ter havido empobrecimento no seio de agregados familiares chefiados por mulheres e por pessoas com idade acima de 35 anos e nos agregados com mais de 6 componentes,

⁸ Por razões de segurança, o inquérito sobre as condições de vida dos domicílios abrangeu somente as áreas urbanas e peri-urbanas das cidades de Benguela, Cabinda, Lobito, Luanda, Lubango e Luena.

⁹ Tendo em conta que se trata de resultados obtidos em amostras, é preciso dizer que estas diferenças se enquadram na margem de erro das amostras.

enquanto os agregados chefiados por homens, por pessoas com idade até aos 35 anos e com menos de 7 pessoas “enriqueceram” ligeiramente.

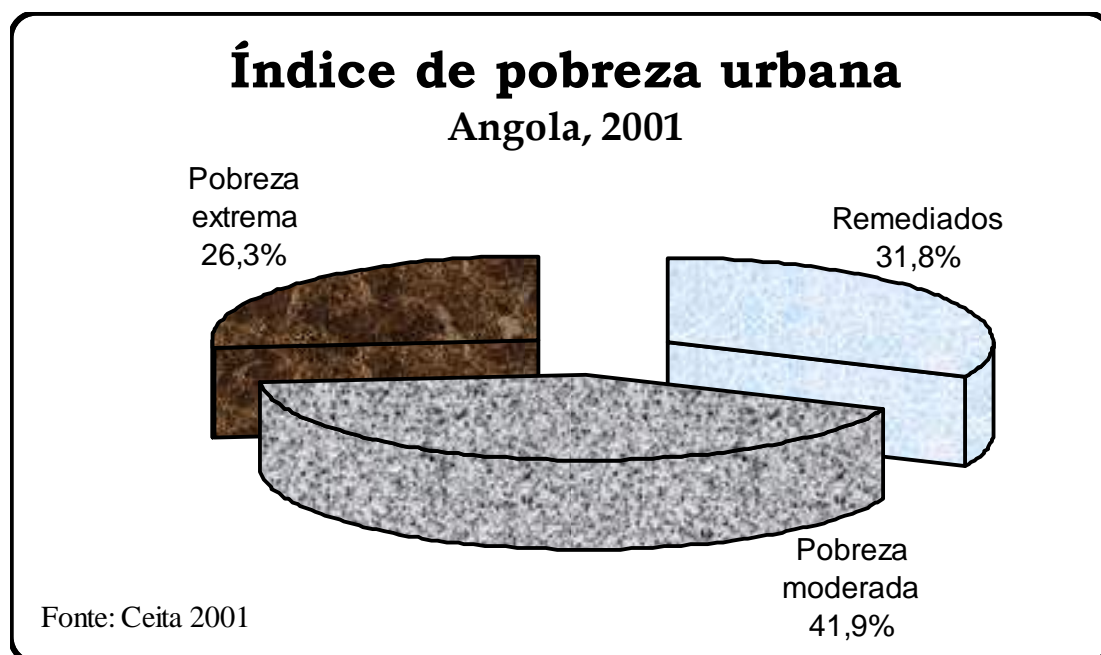
Depois da apresentação dos dados disponíveis a respeito do índice de pobreza urbana em Angola, pode acrescentar-se que, em relação ao meio rural, a estimativa aponta para um índice de pobreza absoluta da ordem dos 78% [PNUD 2000]. Pode acrescentar-se que o êxodo rural transportou para as cidades modos de vida rurais, pelo que se reconhece que o processo de informalização da economia urbana se está a fazer acompanhar de um processo de ruralização do modo de vida nas cidades.

Tabela 1 - Pobreza urbana em Angola (1995 e 2001) – %

Grupos de pobreza	Agregados familiares		Indivíduos	
	1995	2001	1995	2001
Não pobres	39,2	36,8	33,0	31,8
Moderadamente pobres	49,5	38,5	53,6	41,9
Extremamente pobres	11,3	24,7	13,4	26,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ceita 2001: 6

Gráfico 2



Dimensão subjectiva de pobreza

Abordámos acima a dimensão objectiva da pobreza, sendo que os dados disponíveis para a Angola urbana se referem a uma linha de pobreza relativa. Vejamos agora o que se passa em relação à percepção subjectiva da pobreza. Os dados que apresentaremos a seguir são o resultado de um inquérito a respeito da percepção da pobreza em Luanda (e em Angola em geral), que o autor realizou na cidade de Luanda, no período compreendido entre os dias 25 e 30 de Novembro de 2003. A recolha de dados foi feita segundo o método de entrevista directa por questionário, por inquiridores treinados para o efeito. O método de amostragem empregue foi o de amostragem por quotas, estratificada segundo o meio de residência (urbano, semi-urbano¹⁰ e suburbano) considerando as seguintes variáveis de controlo: sexo, grupo etário e grau de instrução académica. Foram realizadas 600

¹⁰ Acerca da necessidade de considerar, em Luanda, um estrato semi-urbano (composto por ilhas urbanizadas localizadas em bairros suburbanos), vide Carvalho 2002b: 34.

entrevistas a habitantes da cidade de Luanda com idade a partir dos 15 anos, sendo a margem de erro da amostra, de 5%, num intervalo de confiança de 95%¹¹.

Que se saiba, não existem dados a respeito da percepção subjectiva da pobreza, relativos a Angola. Mas é preciso recordar que os dados que se apresentam a seguir dizem unicamente respeito à cidade de Luanda, não devendo ser generalizados para todos os habitantes de Angola. São aqui apresentados sob forma de uma primeira abordagem a respeito desta temática, em Angola, para que se tenha uma ideia a respeito da percepção subjectiva da pobreza na capital deste país. A percepção de pobreza que aqui se apresenta tem a ver não apenas com os próprios inquiridos (diz respeito à pobreza na cidade de Luanda), mas também com a opinião dos habitantes de Luanda acerca da pobreza em Angola.

Vamos, antes de mais, recordar que segundo esta dimensão subjectiva, pobre é aquele que se considera pobre. Como se sabe, da mesma forma como existem pobres (segundo a dimensão objectiva) que não se consideram pobres devido a razões de natureza cultural, sociológica e psicológica, existem também pessoas e famílias cujos rendimentos os colocam acima da linha de pobreza, mas que se consideram pobres, por não terem a qualidade de vida que pretendiam. Apesar de a dimensão subjectiva da pobreza estar normalmente correlacionada com a dimensão objectiva, a verdade é que (como acabámos de explicar) pode não se tratar de uma relação linear forte¹².

Quem, na cidade de Luanda, se considera pobre? Desta pesquisa resulta que 58,7% dos habitantes adultos de Luanda se consideram pobres, enquanto 27,2% se consideram não pobres. Os demais 14,2% apresentam dúvida em relação ao grupo onde se devem enquadrar, sendo que 6,7% pendem mais para o grupo de pobres, enquanto 7,5% pendem para o grupo de não-pobres (gráfico 3). Quanto menor o volume de rendimentos, menos

¹¹ O método de amostragem empregue é idêntico ao que se descreve em Carvalho [2002b: 34-35], com uma diferença em relação ao método de sorteio dos respondentes: neste caso, foi utilizado o método de amostragem por quotas. A recolha de dados para esta pesquisa foi financiada pelo Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED de Luanda) da Universidade Agostinho Neto, a quem o autor agradece. As características dos respondentes constam de Carvalho 2004: 313.

¹² Não podemos apresentar aqui elementos a respeito da correlação entre as dimensões objectiva e subjectiva de pobreza, em virtude de a pesquisa dizer respeito apenas a esta última dimensão. Sugerimos que, de futuro, os inquéritos a respeito da dimensão objectiva de pobreza que se venham a realizar em Angola incluam também a percepção subjectiva, para se avaliar a correlação entre as duas dimensões.

urbanizado o local de residência, menor o grau de instrução e maior a idade, maior é a probabilidade de a pessoa se considerar pobre. Mas quando se controlam as demais variáveis, o grupo etário e o grau de instrução deixam de exercer influência estatística no facto de se considerar pobre. As duas restantes variáveis (volume de rendimentos e meio de residência) esclarecem, em conjunto, 6% da variância do facto de a pessoa se considerar pobre ou não¹³.

Para melhor abordarmos a dimensão subjectiva de pobreza na cidade de Luanda, pedimos aos inquiridos que indicassem em que grupo enquadram a sua família, em função do grau de pobreza. Considerámos quatro grupos, nomeadamente: extremamente pobres, (moderadamente) pobres, remediados e ricos. A maior parte dos respondentes (57,2%) enquadra as suas famílias no grupo de remediados¹⁴, havendo menção a 9,7% agregados familiares extremamente pobres e 29,2% agregados familiares moderadamente pobres (gráfico 4). Já os agregados subjectivamente considerados ricos pelos respondentes são 4,0% do total.

Com a diminuição do grau de urbanização do local de residência, a diminuição do volume de rendimentos, a diminuição do grau de instrução e o aumento da idade dos respondentes, aumenta o grau de pobreza subjectiva dos agregados familiares dos inquiridos. O grau de instrução do respondente perde a influência estatística que exercia, quando se controlam as demais variáveis, podendo por isso dizer-se em conclusão que o meio de residência, o volume declarado de rendimentos das famílias e a idade dos respondentes, em conjunto, esclarecem 6,9% da variância do declarado grau de pobreza subjectiva das famílias residentes na cidade de Luanda¹⁵.

Gráfico 3

¹³ O coeficiente de correlação múltipla $R = 0,245$ (quando ajustado, assume o valor 0,2387).

¹⁴ O número de pessoas que, neste caso, se consideram acima da linha de pobreza (57,2%) é bastante superior ao indicado anteriormente (34,7%). Instruímos os inquiridores no sentido de anotarem as respostas dadas pelos inquiridos, sem insistirem em qualquer relação entre as duas perguntas, exactamente para verificarmos até que ponto existe correlação entre a declaração individual de pobreza e essa declaração respeitante ao agregado familiar.

¹⁵ O coeficiente de correlação múltipla $R = 0,263$ (quando ajustado, assume o valor 0,2530).

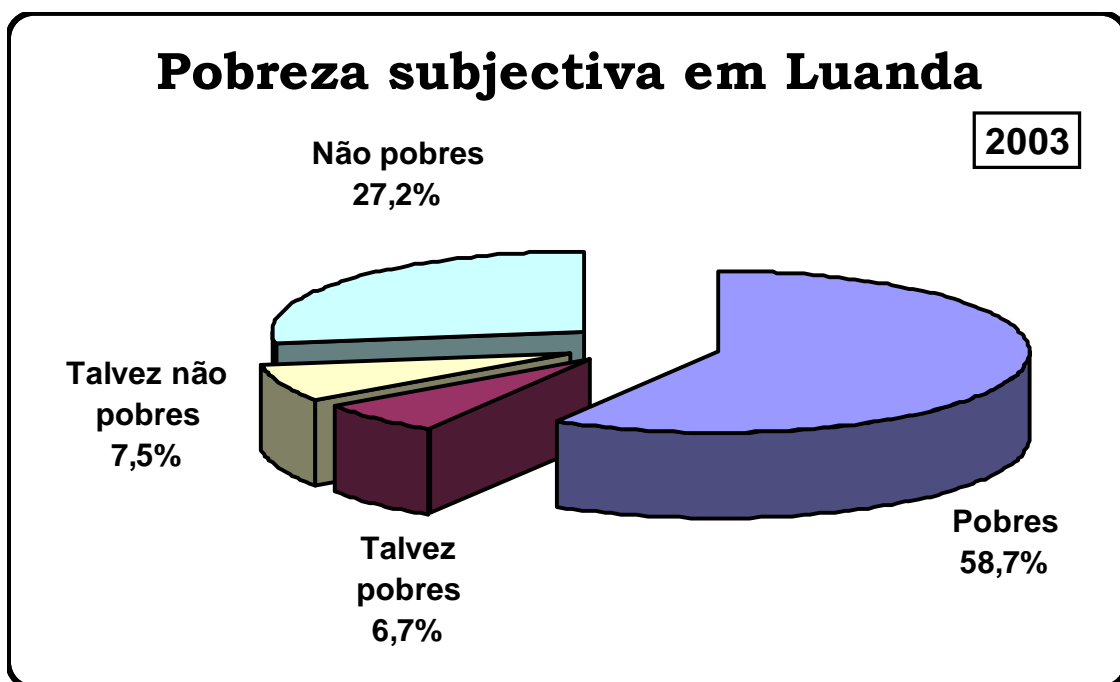


Gráfico 4

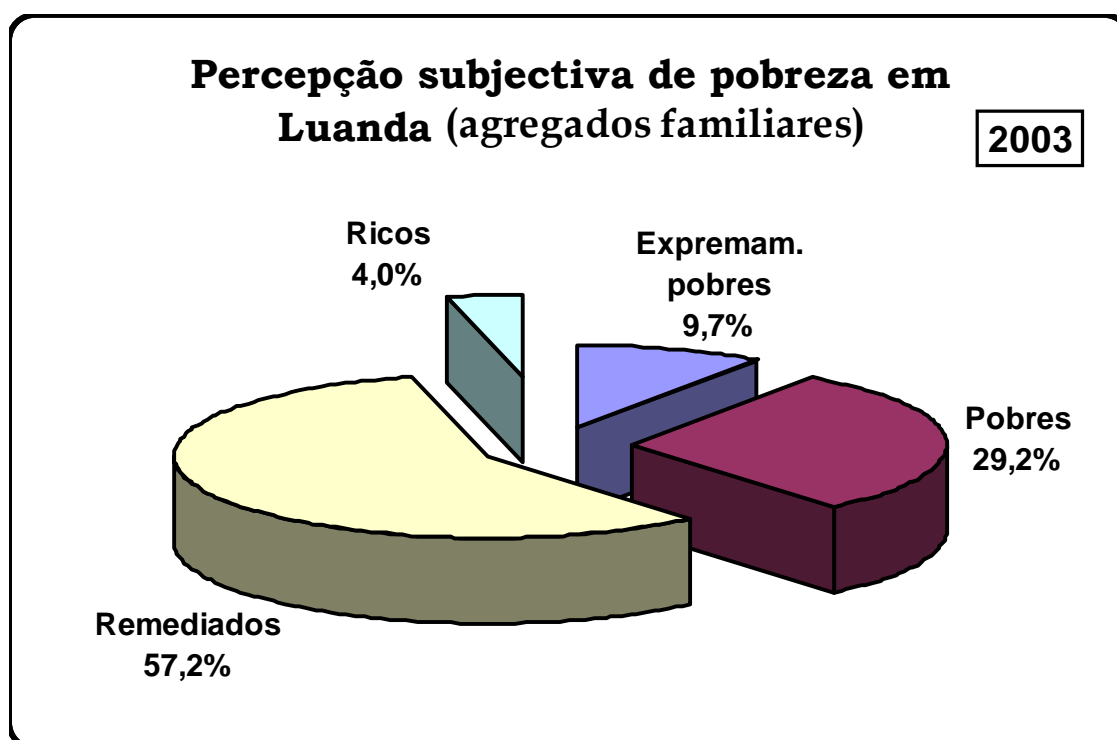


Tabela 2 – Relação entre pobreza subjectiva individual e dos agregados familiares (Luanda, 2003) - %

Agregados familiares	Pobreza subjectiva individual				Total
	Sim	Talvez sim	Talvez não	Não	
Extremamente pobres	98,3	-	1,7	-	100,0
Pobres	90,3	4,0	2,3	3,4	100,0
Remediados	39,1	9,3	11,7	39,9	100,0
Ricos	12,5	4,2	-	83,3	100,0
Total	58,7	6,7	7,5	27,2	100,0

Qui-quadrado = 205,294 (gl=9, significativo ao nível $p < 0,001$)

Existirá correlação entre a dimensão subjectiva de pobreza individual e de pobreza em agregados familiares? A tabela 2 demonstra existir a esperada correlação entre estes dois níveis de pobreza subjectiva – ou seja, quanto maior o grau de pobreza subjectiva individual, maior também a probabilidade de se considerar pobre o agregado familiar¹⁶.

Há concordância de opiniões entre os dois níveis, em 69,8% dos casos. Quanto aos demais, a tendência é para o respondente se considerar pobre em maior grau do que o respectivo agregado familiar (28,3%)¹⁷.

O que se pode dizer a respeito da relação entre as dimensões objectiva e subjectiva da pobreza, na cidade de Luanda? A conclusão a que se chega é de os dados objectivos apontarem para índices de pobreza superiores à percepção subjectiva (tabela 3). Por outras palavras (e sem considerarmos a diferença temporal das pesquisas e as limitações de natureza metodológica dos estudos respeitantes à dimensão objectiva da pobreza), os dados disponíveis apontam para uma tendência subjectiva de ascensão na escala de pobreza. Mas enquanto não existe praticamente diferença em relação à pobreza extrema (elemento significativo a considerar na análise), a dimensão subjectiva de pobreza moderada é em 41,6% inferior à dimensão objectiva considerada. Por outro lado, a tendência para se considerar subjectivamente a família acima da linha de pobreza é em 50,9% superior ao enquadramento objectivo resultante do inquérito do Instituto Nacional de Estatística. Uma vez mais, a razão de ser da tendência para menção subjectiva a uma situação material melhor do que a real pode resultar da pauperização das camadas médias da hierarquia social – apesar de algumas famílias que tradicionalmente se enquadravam nesses escalões médios terem nos últimos anos descido na hierarquia, pertencendo agora ao grupo dos pobres moderados, podem manter alguns dos hábitos tradicionais e a cultura das camadas onde anteriormente se inseriam, recusando assumir-se como famílias pobres¹⁸.

¹⁶ O coeficiente de correlação de Pearson $r = 0,523$. Neste trabalho, os coeficientes de correlação são significantes a um nível $p < 0,05$. No caso de o nível de significância estatística ser superior a esse, o facto será mencionado.

¹⁷ Apenas 1,8% dos inquiridos consideram o seu agregado familiar mais pobre que eles próprios.

¹⁸ Uma outra parte deste grupo pode resultar do enviesamento resultante de erros metodológicos em relação ao inquérito que deu origem aos dados respeitantes à pobreza relativa [cf. Carvalho 2004: 90-92, 94-99].

Tabela 3 – Níveis de pobreza em agregados familiares de Luanda (%)

Grupos de pobreza	Pobreza relativa (1995)	Dimensão subjectiva (2003)
Pobreza extrema	9,5	9,7
Pobreza moderada	50,0	29,2
Acima da linha de pobreza	40,5	61,1
Total	100,0	100,0

Fonte: 1995 – Instituto 1996: 14

2003 – Pesquisa do autor.

Vejamos, a seguir, o que os inquiridos consideram acerca da ideia segundo a qual a maioria dos angolanos vive abaixo da linha de pobreza. Três quartos dos inquiridos concordam com ela, enquanto 16,3% não concordam. Os demais apresentam dúvidas, sendo que 3,5% estão mais a favor dessa afirmação e 4,3% pendem mais para o lado contrário (gráfico 5). Um menor volume de rendimentos e a residência em bairro urbano associam-se a uma maior aceitação dessa afirmação. Por outro lado, quanto mais pobre a pessoa se considera, maior é a probabilidade de admitir que a maioria dos angolanos vive abaixo da linha de pobreza¹⁹.

Quais são os grupos sociais subjectivamente considerados mais vulneráveis à pobreza? Pedimos a cada respondente para indicar livremente até três desses grupos. Os resultados obtidos constam do gráfico 6. As crianças de rua são o grupo que os habitantes de Luanda consideram mais vulnerável à pobreza, seguindo-se deficientes físicos, deslocados, desempregados, agricultores “tradicionais”, o grupo étnico bakongo, o grupo étnico ovimbundu e desmobilizados de guerra. Nota-se, pois, predominância de grupos

¹⁹ $r = 0,073$, para $p < 0,08$.

verdadeiramente marginalizados, começando pelas crianças entregues à sua própria sorte e por aqueles que apresentam um *handicap* (desvantagem física ou social).

Gráfico 5

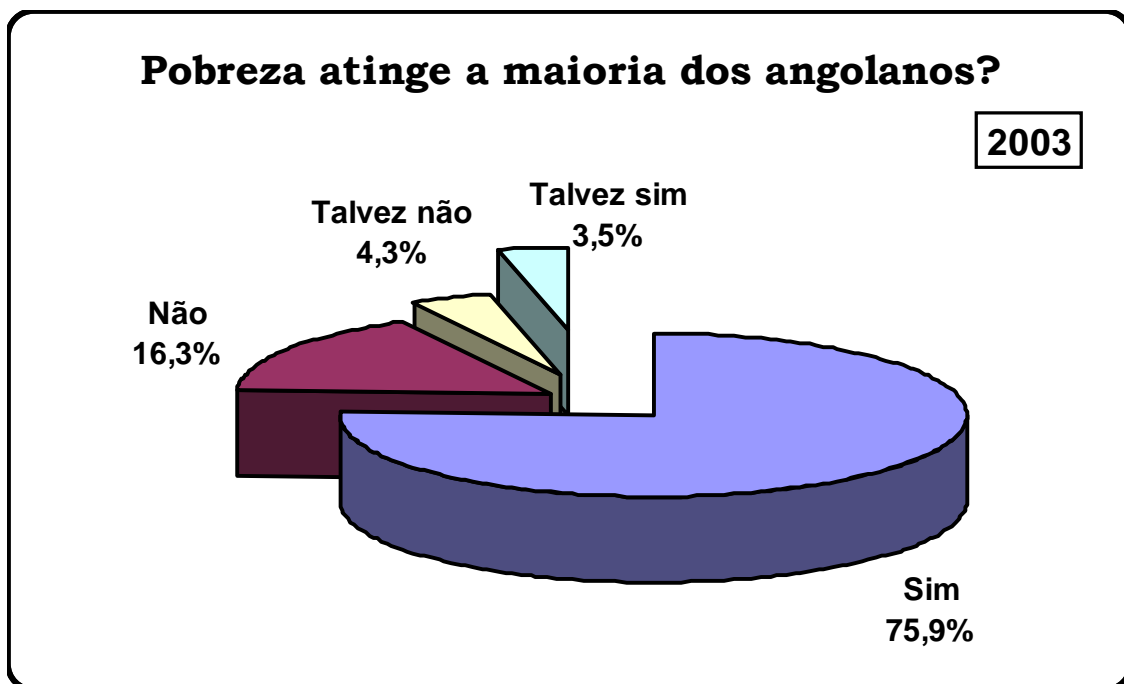
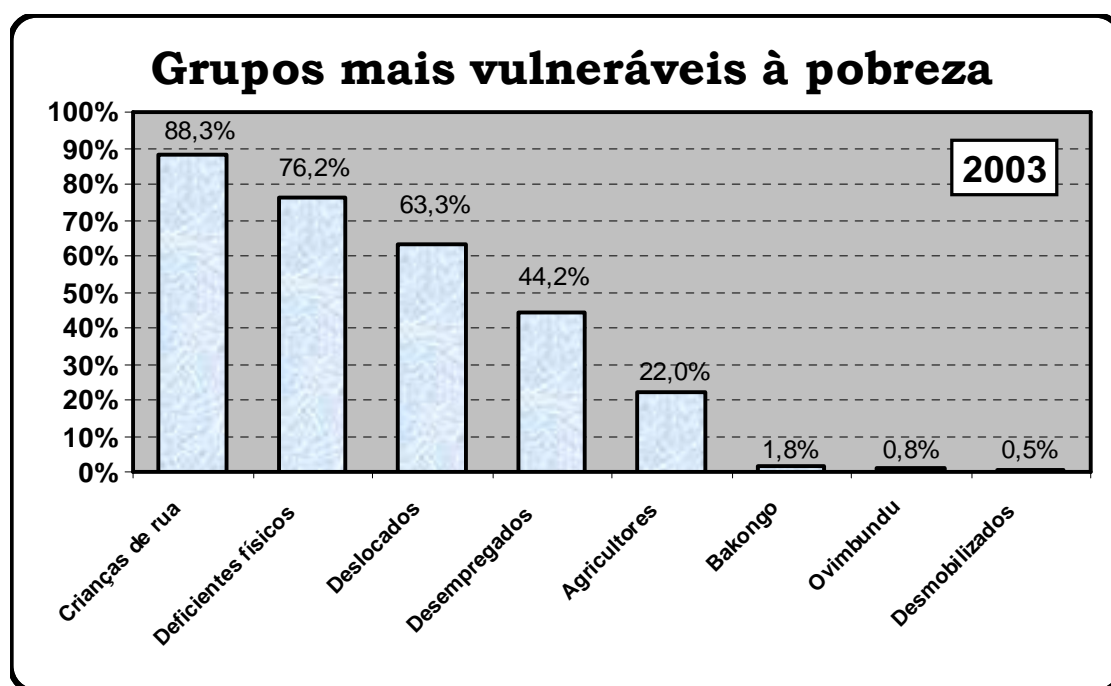


Gráfico 6



A tabela 4 apresenta as características de quem, em maior grau, menciona cada um dos grupos indicados. É significativo constatar que os habitantes dos bairros urbanos se diferenciam dos demais, por uma mais significativa menção a crianças de rua, deslocados de guerra, desmobilizados das Forças Armadas e agricultores tradicionais. Em contrapartida, os habitantes de áreas suburbanas de Luanda diferenciam-se por uma significativamente mais elevada menção a desempregados e pessoas pertencentes a dois grupos étnicos (bakongo e ovimbundu). De um modo geral, pode dizer-se que ao passo que os habitantes de bairros urbanos e pessoas com nível socioeconómico mais elevado se preocupam em maior grau em mencionar aqueles que consideram mais vulneráveis, os habitantes de bairros suburbanos e pessoas com nível socioeconómico abaixo da média destacam-se pela menção a grupos sociais aos quais pertencem eles próprios ou com os quais convivem no dia-a-dia: desempregados e (inclusivamente) dois grupos étnicos.

A respeito dos dois grupos étnicos mencionados (bakongo e ovimbundu), interessa dedicar algumas linhas. Trata-se dos dois grupos étnicos que (enquanto tal) mais reivindicam o acesso ao poder em Angola. Os representantes dos partidos políticos de base marcadamente bakongo ou ovimbundu (incluindo dois dos movimentos de libertação

tradicionais – FNLA e UNITA) utilizam frequentemente, no discurso político, uma suposta marginalização étnica²⁰. Daí haver quem tenha mencionado o próprio grupo étnico, como um dos mais vulneráveis à pobreza.

Tabela 4 – Características de quem em maior grau menciona elevado grau de vulnerabilidade de alguns grupos populacionais

Grupos populacionais	Quem menciona em maior grau
Crianças de rua	Residentes em bairros urbanos e pessoas que não se consideram pobres
Deficientes físicos	Pessoas com baixos rendimentos e idade até 30 anos
Deslocados	Residentes em bairros urbanos e pessoas que não se consideram pobres
Desempregados	Residentes em subúrbios, com rendimentos acima da média e pessoas que se consideram pobres
Agricultores tradicionais	Residentes em bairros urbanos
Bakongo	Residentes em subúrbios
Ovimbundu	Residentes em subúrbios e pessoas com idade até 30 anos
Desmobilizados	Residentes em bairros urbanos, indivíduos do sexo masculino e pessoas com rendimentos acima da média

Pedimos também aos inquiridos que avaliassem a forma como os cidadãos e o Estado tratam os pobres. As tabelas 5 e 6 apresentam os resultados obtidos, considerando uma escala de 5 pontos, que varia de péssimo a excelente. Os resultados são apresentados

²⁰ Trata-se de discurso político, que nada tem a ver com a realidade [cf. Sango 2002, Carvalho 2002a e 2004]. Tudo indica, por um lado, que em Angola, a pobreza não esteja relacionada com a diferenciação étnica. Por outro lado, se considerarmos as várias regiões do país, há dois aspectos a considerar, nomeadamente: a região ovimbundu (centro-sul do país) é das que apresentam maior grau de desenvolvimento socioeconómico, enquanto a região que apresenta menor índice de

em função do meio de residência dos inquiridos, por ser esta a variável independente que esclarece a maior percentagem da variância desta avaliação. De um modo geral, os inquiridos consideram que os cidadãos dão melhor tratamento às pessoas pobres do que o Estado. Mas é genericamente negativa a opinião respeitante à forma como os cidadãos e o Estado tratam pessoas pobres (para haver percepção acerca da direcção da avaliação – positiva ou negativa – as médias foram calculadas numa escala de cem pontos, que varia de -50 a +50), sendo pior a opinião acerca da forma como o Estado trata as pessoas pobres.

Tal como se verifica nas duas tabelas, a pior avaliação é prestada pelos respondentes que residem em bairros urbanos de Luanda²¹. No meio urbano, um menor volume de rendimentos e um menor grau de instrução estão associados a uma melhor avaliação da forma como os pobres são tratados por habitantes da cidade de Luanda²². Quanto aos respondentes residentes em subúrbios, a conclusão aponta para não haver diferenciação da opinião acerca do tratamento dispensado por cidadãos, mas somente no caso da forma como os organismos do Estado lidam com pessoas pobres: são pessoas com instrução abaixo da média e com rendimentos acima da média que apontam por um melhor tratamento dispensado pelo Estado, a pobres. Portanto, nos subúrbios, as pessoas com mais rendimentos (oriundos sobretudo de actividade informal) manifestam maior predisposição para considerar positiva a atenção dada pelo Estado a pessoas pobres – o que tem a ver com a sua própria situação.

Pode-se deduzir que ao responderem a estas duas perguntas, os inquiridos pensaram na forma como eles próprios tratam os pobres (ou os mais pobres). Apontam nesta direcção, o facto de as melhores opiniões terem sido expressas por pessoas residentes em subúrbios e por quantos têm grau de instrução abaixo da média.

desenvolvimento é o Leste do país (área geográfica correspondente aos grupos étnicos lunda e cokwe).

²¹ No caso do tratamento dispensado por pessoas singulares, a pior avaliação foi feita pelos respondentes que habitam em meio semi-urbano (ilhas urbanizadas, localizadas dentro de subúrbios).

²² Não existe correlação com qualquer das variáveis independentes consideradas, quando a avaliação diz respeito à atenção que o Estado dedica aos pobres.

**Tabela 5 – Avaliação do tratamento dispensado a pessoas pobres,
pelos cidadãos (%)**

Avaliação	Meio de residência			Total
	Suburbano	Semi- -urbano	Urbano	
Péssimo	6,6	2,5	5,0	5,5
Mau	27,2	60,0	45,7	37,7
Sofrível	31,6	27,5	25,1	28,9
Bom	33,1	10,0	23,6	26,9
Excelente	1,6	-	0,5	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Médias^a	- 1,0	- 13,8	- 7,8	- 5,0

^a Escala percentual, com valores a variar entre -50 e 50.

Qui-quadrado = 43,395 (gl=8, significativo ao nível $p < 0,001$)

Não responderam: 1

**Tabela 6 – Avaliação do tratamento dispensado a pessoas pobres,
pelo Estado (%)**

Avaliação	Meio de residência			Total
	Suburbano	Semi- -urbano	Urbano	
Péssimo	21,9	3,8	17,7	18,1
Mau	25,0	58,8	67,7	43,6

Sofrível	22,5	33,8	10,6	20,1
Bom	29,4	3,8	4,0	17,6
Excelente	1,3	-	-	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Médias^a	- 9,3	- 15,5	- 24,8	- 15,3

^a Escala percentual, com valores a variar entre -50 e 50.

Qui-quadrado = 142,992 (gl=8, significativo ao nível $p < 0,001$)

Não responderam: 2

Apesar de o nível declarado de pobreza não diferenciar estatisticamente a forma como os inquiridos avaliam o tratamento dispensado aos pobres, tudo indica que seja a inserção no mercado informal de trabalho que diferencia este tipo de opinião. Quer em bairros urbanos, quer em subúrbios de Luanda, tudo indica que as pessoas que sobrevivem graças à actividade informal avaliem melhor a forma de tratamento dispensado a pessoas pobres. Quanto maior o volume de rendimentos advindo dessa actividade informal, mais distante se acha estar da linha de pobreza e melhor se avalia o tratamento dispensado aos pobres, na cidade de Luanda (quer por pessoas singulares, quer por organismos do Estado).

Para além de indagarmos, genericamente, acerca do tratamento dispensado a pessoas pobres, pedimos aos respondentes para avaliarem o tratamento dispensado a grupos específicos de pessoas, nomeadamente: crianças de rua, deficientes físicos, deficientes mentais, deslocados, doentes de sida, prostitutas, toxicodependentes e vendedores ambulantes. A selecção destes grupos foi feita preliminarmente pelo autor, tendo em conta a sua relação com a pobreza e a exclusão social. Os resultados médios obtidos constam dos gráficos 7 e 8, que apresentam a avaliação média global de cada grupo numa escala de cem pontos, com extremos em -50 e +50.

A que conclusões estes resultados permitem chegar? Em primeiro lugar, confirma-se (também nos grupos populacionais considerados previamente pelo autor) uma melhor

avaliação do tratamento dado por indivíduos, do que pelo Estado. Ou seja, considera-se genericamente que cada um dos grupos populacionais considerados recebe mais apoio de pessoas singulares, do que de organismos do Estado – que devem velar pela assistência social. As únicas excepções a esta regra dizem respeito a doentes de sida, em relação aos quais se considera relativamente maior atenção por parte do Estado, do que por parte dos cidadãos. Isso não tem necessariamente de significar que se considera que o Estado lhes dedique a devida atenção (a percepção subjectiva não é, realmente, essa), mas apenas que as pessoas singulares certamente discriminam este grupo em grau elevado, resultando daí a baixa avaliação a este nível.

O segundo aspecto a referir relaciona-se com o facto de se considerar que nenhum dos grupos mencionados é alvo de atenção particular. Dentre os grupos considerados, não existe um só em relação ao qual haja convicção de tratamento absolutamente positivo (avaliação média acima de 20 pontos na escala considerada). Os seropositivos são os únicos que obtêm supremacia de opiniões que dão conta de tratamento positivo, mas ainda assim essa supremacia é relativamente pequena.

A terceira conclusão é de natureza metodológica, que deve ser considerada quando se estiverem futuramente a preparar pesquisas sobre esta matéria. A intenção do autor era uma avaliação global – que, como se sabe, nem toda a gente se sente capaz de fazer. Neste caso concreto, a pesquisa não previu diferenças de avaliação em relação a dois aspectos distintos, nomeadamente o apoio material e o apoio moral. Trata-se de duas dimensões diferentes, que convém considerar em pesquisas futuras. Quanto aos resultados obtidos nesta pesquisa, pode ser que boa parte das pessoas tenha pensado fundamentalmente na dimensão material, que é a que se relaciona com a subsistência. Seria conveniente, de futuro, separar os dois tipos de avaliação – respeitante a apoio material e à dimensão moral (ou, se preferirmos, à estigmatização ou discriminação social de pobres ou excluídos sociais).

A quarta conclusão tem a ver com a hierarquização dos grupos sociais considerados, em função da opinião acerca do tratamento que lhe é dispensado. Devido certamente a campanhas publicitárias e ao espaço que a comunicação social dispensa à prevenção do vírus HIV, existe a percepção subjectiva de que (dentre os grupos sociais considerados) os

doentes de sida são aqueles a quem os cidadãos e o Estado dedicam maior atenção. Mais que isso: o tratamento dispensado a doentes de sida é colocado muito acima do tratamento dispensado a qualquer outro grupo, fundamentalmente por parte do Estado angolano (a diferença da avaliação média em relação ao grupo seguinte é de mais de 11 pontos percentuais).

No que respeita a vendedores ambulantes, enquanto se considera que os cidadãos lhes prestam alguma atenção (aparecem em segundo lugar), os respondentes estão convencidos de que o Estado os trata bastante mal – daí surgirem em último lugar, neste caso. A razão de ser disso reside no combate à venda ambulante que os organismos de administração do Estado empreendem desde finais de 2002, em relação ao qual os cidadãos vêm protestando de várias formas, incluindo através da comunicação social.

Gráfico 7

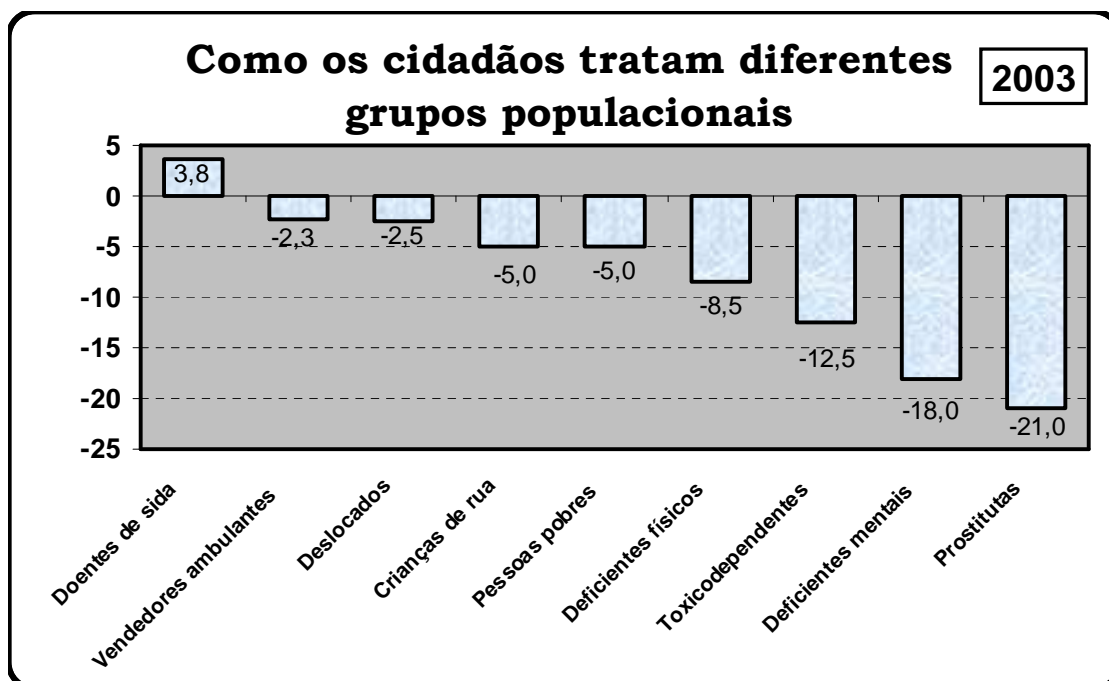
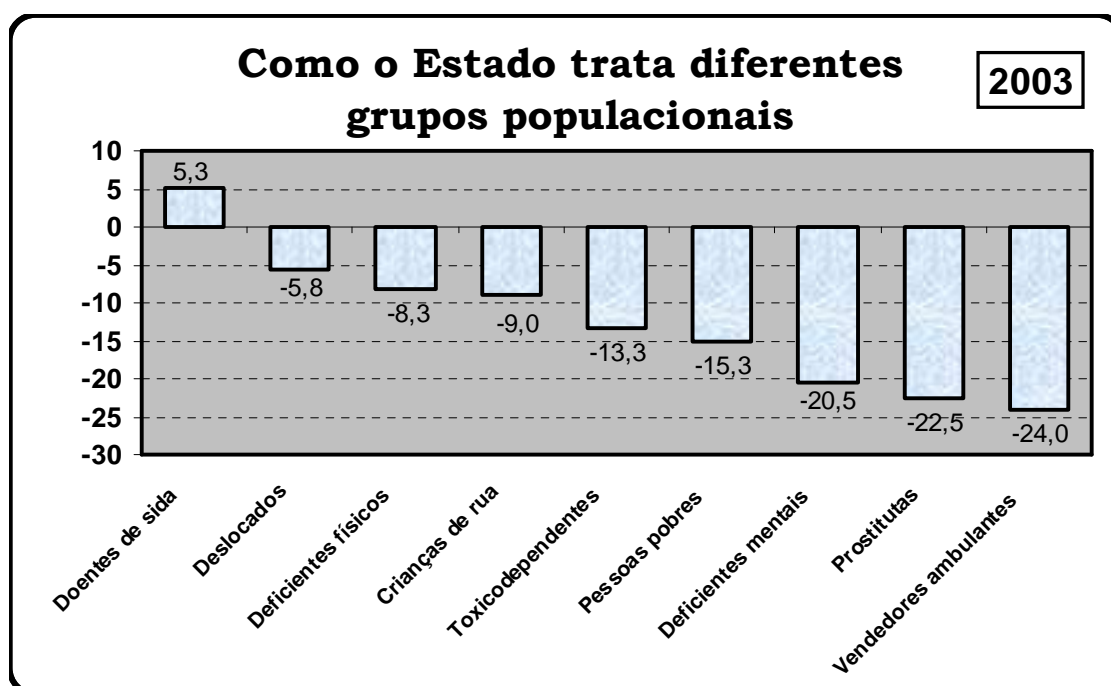


Gráfico 8



Deslocados de guerra, crianças de rua e deficientes físicos são grupos populacionais que os respondentes consideram ter atenção deficiente. Os toxicodependentes são o grupo que aparece no meio da tabela de avaliação do tratamento dispensado por pessoas singulares e por organismos do Estado, podendo falar-se neste caso de alguma indiferença no tratamento. Quanto a pessoas singulares, é sintomático o facto de se considerar que o tratamento atribuído a toxicodependentes está perto daquele que se destina a deficientes mentais. Mas é em relação a deficientes mentais e prostitutas que se considera haver pior tratamento individual e institucional (para além dos já mencionados vendedores ambulantes, em relação ao mau tratamento institucional).

Ao abordarmos a opinião dos habitantes de Luanda a respeito da pobreza, interessou-nos saber até que ponto eles consideram que o Estado angolano tem cumprido o seu papel, de apoio às vítimas da pobreza. Fizemos essa pergunta aos inquiridos, tendo-lhes sido apresentada uma bateria de quatro respostas possíveis, nomeadamente:

- a) o Estado tem feito tudo ao seu alcance,
- b) o Estado tem feito quase tudo ao seu alcance,
- c) o Estado pouco tem feito para apoio às vítimas de pobreza,

d) o Estado nada tem feito para apoio às vítimas de pobreza.

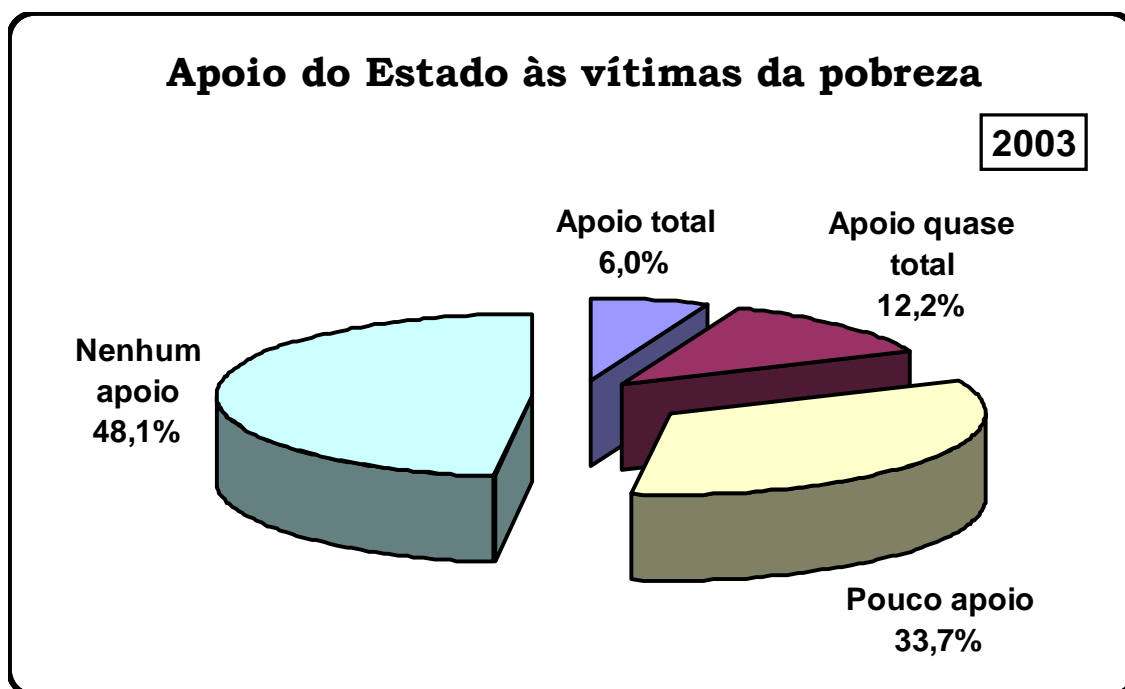
Como se pode ver no gráfico 9, quase metade dos respondentes estão convencidos de que o Estado angolano não tem prestado nenhuma atenção às vítimas da pobreza, enquanto um terço considera que lhes tem dado pouco apoio. Quanto aos demais, 12,2% consideram haver apoio a um nível aceitável e 6,0% manifestam a convicção segundo a qual o Estado tem dado todo o apoio necessário aos pobres. É, portanto, nítida a supremacia dos que consideram haver pouca ou nenhuma assistência aos pobres, em Angola. Quanto maior o volume de rendimentos dos respondentes, em maior grau se considera estar o Estado a cumprir o seu papel no que diz respeito à assistência às vítimas da pobreza²³. Por outro lado, quanto maior a percepção subjectiva de pobreza em relação a si próprio, maior a convicção segundo a qual o Estado presta pouca (ou nenhuma) assistência aos pobres²⁴. Estes resultados estão de acordo com a hipótese segundo a qual seriam as pessoas mais pobres quem em maior grau constataria um insuficiente apoio do Estado às vítimas de pobreza. Dentre as pessoas que se consideram pobres, 51,8% manifestam a convicção de que o Estado não dá nenhum apoio às vítimas da pobreza, enquanto dentre as pessoas que se consideram não-pobres 58,7% declaram que o Estado tem prestado (pelo menos) alguma assistência aos pobres.

Como vimos, existem angolanos a viver em situação de extrema pobreza. Em cidades como a de Luanda, é frequente depararmos com pessoas que pedem alimentos ou dinheiro para se alimentarem. Há inclusivamente locais onde mendigos (fundamentalmente – mas não apenas – deficientes físicos) pedem esmola. Perguntámos aos inquiridos se costumam dar dinheiro aos mendigos que os abordam nesse sentido.

Gráfico 9

²³ $r = 0,150$.

²⁴ $r = 0,146$.



Tal como podemos verificar no gráfico 10, pouco mais de metade dos respondentes (55,7%) declara dar dinheiro a mendigos de quando em vez, enquanto cerca de um quarto (22,8%) afirma dar sempre. Em contrapartida, 13,8% quase nunca dão e 7,7% declaram categoricamente nunca dar esmola. São as pessoas residentes em subúrbios de Luanda, quem em maior grau declara ajudar os pedintes, com dinheiro (tabela 7)²⁵. As demais variáveis independentes não diferenciam estatisticamente este tipo de opção, sendo por isso necessário dizer que o aumento (ou diminuição) do volume de rendimentos não faz com que aumente a predisposição para auxílio financeiro a necessitados²⁶. Portanto, havendo objectivamente níveis endémicos de pobreza, é menor o auxílio financeiro às pessoas pobres.

É também significativo o facto de o grau de pobreza subjectiva não diferenciar significativamente a opção de auxílio financeiro a necessitados. Um factor a considerar a

²⁵ $r = 0,165$.

²⁶ Pode ser que as pessoas com mais rendimentos ajudem em maior grau os necessitados, não com dinheiro (como acabámos de ver), mas com bens. É que quanto maior o volume de rendimentos, mais se considera que o auxílio não deve ser financeiro, mas com meios ou trabalho, que permitam à pessoa sobreviver. Nesta pesquisa, considerámos somente o auxílio financeiro, por ser aquele que é pedido em caso de pobreza extrema.

este respeito, em pesquisas futuras, é o grau de religiosidade dos inquiridos, que não foi considerado neste inquérito. É de prever que a prática religiosa esteja correlacionada com um maior auxílio a necessitados.

Gráfico 10

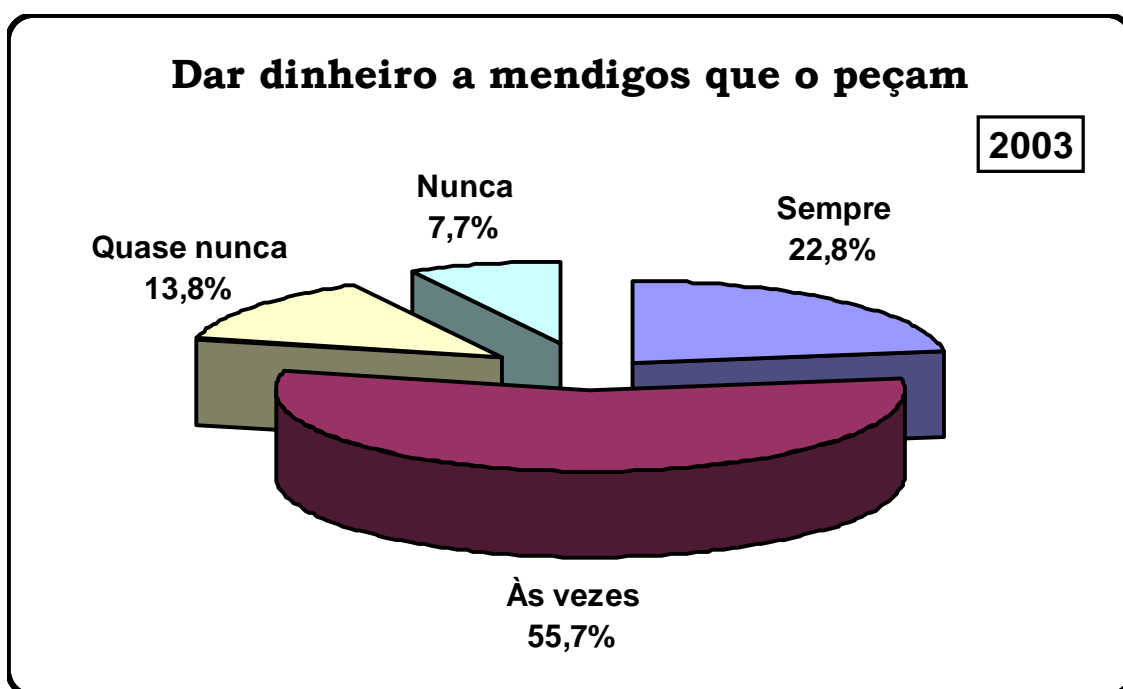


Tabela 7 – Predisposição para dar esmola, segundo o meio de residência (%)

Frequência com que dá esmola	Meio de residência			Total
	Suburbano	Semi-urbano	Urbano	
Dá sempre	30,3	17,5	13,0	22,8
Dá às vezes	48,8	75,0	59,0	55,7

Quase nunca dá	15,0	5,0	15,5	13,8
Nunca dá	5,9	2,5	12,5	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado = 41,183 (gl=6, significativo ao nível $p < 0,001$)

Interessou-nos saber se, no entender dos habitantes da cidade de Luanda, existe alguma forma de identificação das pessoas pobres e das pessoas ricas. O questionário incluiu as seguintes perguntas²⁷:

a) De que forma acha que os pobres podem ser identificados na rua? [Como identifica as pessoas pobres?]

b) De que forma acha que os ricos podem ser identificados na rua? [Como identifica as pessoas ricas?]

À primeira dessas perguntas responderam 491 inquiridos (81,8%), enquanto a taxa de resposta à segunda pergunta foi de 83,5% (501 pessoas). 2,2% dos que responderam às perguntas afirmaram não possuir elementos de identificação de pobres ou ricos.

Eis os elementos de identificação das pessoas pobres:

- Nota-se que vivem mal, que são carentes (32,0%),
- Pela forma de vestir, andrajosos (28,8%),
- Têm aparência descuidada (19,7%),
- Agem como pedintes (10,2%),
- Andam a pé (6,7%),
- Pela forma como se expressam, expressam-se mal (6,2%),
- Pelo local onde vivem (3,3%),
- Trabalham muito (3,0%),
- Vivem na rua, sem-abrigo (2,5%),
- Pela forma de andar, arrastam-se pelo chão (2,3%),

- São pessoas corajosas (2,0%).

Outras das características mencionadas com menor frequência são as seguintes: têm cara de sofrendores, passam a vida a reclamar a deficiente condição de vida, são pessoas humildes, não têm emprego, estão constantemente a bocejar, cheiram mal, denotam falta de educação, falam permanentemente mal do governo e “estranham com tudo”.

Já as pessoas ricas²⁸ são identificadas pelas seguintes características:

- Exibem carros novos (31,5%),
- Nota-se que vivem bem, que não passam dificuldades (28,8%),
- Identificam-se pelos bens que possuem (27,0%),
- Pela forma de vestir, exibem roupas caras (21,5%),
- Têm aparência fina, cuidada (18,7%),
- Pelo local onde vivem (12,5%),
- Exibicionismo, comportamento arrogante (4,2%),
- Pela forma como se expressam (2,8%),
- Andam de carro (2,3%),
- Consumismo (2,0%).

As características mencionadas com menor frequência são: a forma como andam e a menção a trabalharem pouco.

Mesmo tendo os inquiridores recebido instrução no sentido de estarem atentos e anotarem fielmente a concordância com declarações nesse sentido que são ultimamente veiculadas através de alguns jornais privados, a verdade é que nenhum dos respondentes mencionou espontaneamente a cor da pele associada à riqueza (ou à pobreza). Tendo em conta a margem de erro da amostra, a conclusão é de esta associação ocorrer com bastante pouca frequência, na cidade de Luanda.

Como acabámos de ver, há características opostas que são apontadas para pobres e para ricos (ou remediados). Enquanto a maneira de vestir e a aparência descuidada são as características mais comuns aos pobres, a posse de bens, o exibicionismo e uma aparência

²⁷ Os inquiridores foram instruídos no sentido de transcreverem os elementos de identificação indicados espontaneamente pelos respondentes, de forma exaustiva. Tratou-se de resposta a perguntas abertas, tendo a codificação respeitado as menções espontâneas.

cuidada são as mais comuns características atribuídas em Luanda às pessoas ricas. Outros dois pormenores que merecem destaque são o meio de locomoção (os pobres andam a pé, enquanto os ricos andam de carro) e a forma como os dois grupos se expressam (um código mais elaborado no caso dos ricos, ao passo que os pobres utilizam códigos restritos²⁹).

Pedimos ainda aos inquiridos para nos dizerem como vivem e se comportam os pobres, em Angola. Também neste caso se tratou de uma pergunta aberta, que foi codificada de forma a manter-se a fidelidade às opiniões expressas. A maioria dos inquiridos (82,0%) respondeu à pergunta, podendo dizer-se que se considera que os pobres angolanos vivem na miséria, ao nível da luta pela sobrevivência (opinião expressa por 58,8% do total de respondentes). São pessoas sofredoras (12,2%), sem bens de primeira necessidade (10,3%), que vivem em casas sem o mínimo de condições de habitabilidade (6,8%). Além disso, são pessoas que precisam de ajuda (7,8%), por estarem desempregadas ou terem emprego precário (5,5%). Para superarem as suas deficiências, os pobres vivem em grupos de familiares ou de amigos (5,2%), têm baixos rendimentos (2,8%), são infelizes e alguns deles não têm sequer onde viver.

A terminar a abordagem respeitante à percepção subjectiva da pobreza, vejamos em que áreas do país os respondentes (habitantes adultos da cidade de Luanda) consideram haver pobreza em maior grau. As quatro perguntas a este respeito incluíram as seguintes áreas geográficas (com três possibilidades de resposta cada uma, ou seja, incluindo a possibilidade de se considerar “igual proporção” de pobreza entre cada duas áreas geográficas indicadas):

- meio rural *versus* meio urbano;
- interior *versus* litoral;
- pequenas *versus* grandes cidades;
- somente em cidades: muceques *versus* áreas urbanas:

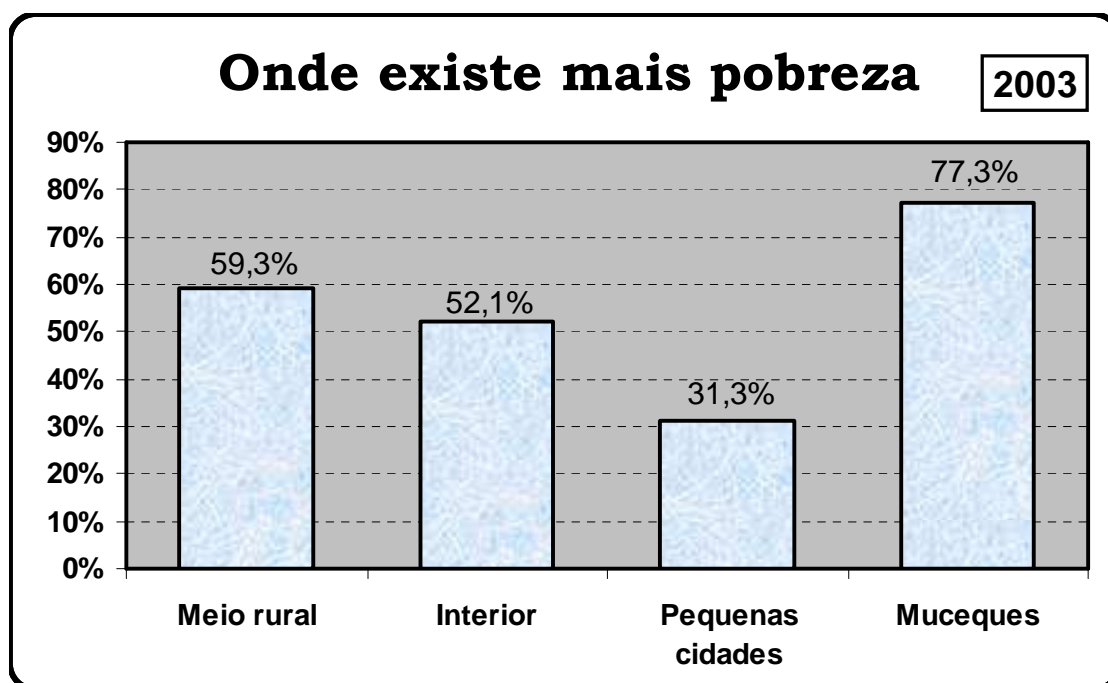
De um modo geral, os respondentes consideram que quanto menor o grau de desenvolvimento da região considerada, maior o grau de pobreza: o interior mais pobre do que o litoral de Angola; o meio rural mais pobre do que o meio urbano; as pequenas cidades

²⁸ Apesar de a pergunta mencionar claramente pessoas ricas, acredita-se que os respondentes tenham pensado também em pessoas remediadas.

²⁹ Acerca dos códigos sociolinguísticos utilizados em Angola, ver Carvalho 1991.

com maior índice de pobreza do que as grandes cidades; e considerando apenas as cidades, os subúrbios mais pobres do que os bairros urbanos. O gráfico 11 ilustra estas conclusões, apresentando as diferenças entre respostas favoráveis e desfavoráveis a tais conclusões³⁰. Há menor diferenciação nas respostas respeitantes aos dois espaços distintos em cidades, certamente por ser a realidade que os respondentes vivem no dia-a-dia.

Gráfico 11



**Tabela 8 – Opinião subjectiva acerca das áreas onde existe maior pobreza
(matriz de correlações) ***

³⁰ Por outras palavras, o gráfico apresenta a supremacia de respostas em relação a cada espaço geográfico considerado, ou seja, a proporção de respondentes que optou pela área mencionada, retirada a proporção de pessoas que indicaram a opção contrária.

	Rural	Interior	Peq. cidades	Surbúrbios
Rural x urbano	1,000	0,332	0,306	0,325
Interior x litoral	-	1,000	0,210	0,211
Peq. x gr. cidades	-	-	1,000	0,270
Subúrbios x urbe	-	-	-	1,000

* São apresentados os valores estatisticamente significativos do coeficiente de correlação de Pearson.

Tal como se pode constatar na tabela 8, existe elevado grau de consistência de respostas que apontam por um maior grau de pobreza em áreas de menor desenvolvimento. O meio de residência dos inquiridos é a variável que mais diferencia este tipo de opinião, vindo a seguir o volume de rendimentos. São residentes em subúrbios de Luanda e pessoas com volume de rendimentos acima da média que em maior grau consideram que o grau de desenvolvimento das regiões anda a par com a pobreza e a qualidade de vida.

Conclusão

Em conclusão, pode dizer-se que cerca de dois terços (65,3%) dos habitantes adultos da cidade de Luanda se consideram pobres, enquanto o outro terço (34,7%) são pessoas que se consideram remediadas. A percepção subjectiva de pobreza aumenta com a diminuição dos rendimentos e a residência em subúrbios da capital angolana.

No que diz respeito a agregados familiares, é interessante constatar que apenas 38,8% dos inquiridos consideram os seus agregados pobres, enquanto 57,2% os consideram remediados e 4,0%, ricos.

Estes resultados apontam para uma indiscutivelmente maior percepção subjectiva de pobreza a nível individual. Para além disso, existe a tendência de ascensão na escala de pobreza, quando se passa da dimensão objectiva para a dimensão subjectiva. Tudo indica

que o empobrecimento real das famílias luandenses se faça acompanhar da rejeição da assumpção desse empobrecimento e da manutenção de alguns dos hábitos (menos dispendiosos) das camadas onde as pessoas se inseriam antes.

No que diz respeito à percepção a respeito da pobreza em Angola, três quartos dos habitantes adultos de Luanda concordam com a afirmação segundo a qual a maioria dos angolanos vive em situação de pobreza. A aceitação deste facto aumenta com a diminuição dos rendimentos, a residência em bairro suburbano e a menção à própria situação de pobreza.

Considera-se que o interior de Angola é mais pobre que o litoral, as áreas rurais são bastante mais pobres que o meio urbano, a pobreza é maior nas pequenas cidades que nas cidades mais populosas e (considerando apenas as cidades) os subúrbios são bastante mais pobres que os bairros urbanos.

Os grupos socialmente considerados mais vulneráveis à pobreza em Angola são crianças de rua, deficientes físicos, deslocados, desempregados e agricultores “tradicionais”.

Por outro lado, a opinião generalizada dá conta de não se dedicar atenção especial (nem institucionalmente, nem individualmente) a nenhum dos grupos sociais considerados mais marginalizados – com relativa excepção dos doentes de sida, em relação aos quais há campanhas publicitárias, que se destinam fundamentalmente à difusão de informação acerca das formas de transmissão do vírus HIV. Mas destaca-se o facto de se considerar que a sociedade dá melhor tratamento às pessoas pobres que o Estado.

Eis as representações do pobre angolano: é uma pessoa sofredora, que vive em condições precárias, está desempregado (ou tem emprego precário) e é forçado a lutar pela sobrevivência no dia-a-dia, beneficiando para isso do capital social (laços familiares e sociais) de que dispõe.

Bibliografia

BENDER, William & Simon HUNT

1991: *The Luanda Household Budget and Nutrition Survey*, paper 1, “Poverty and Food Insecurity in Luanda”, Luanda: Ministério do Plano & Unicef

CAPUCHA, Luís M. A.

1992: *Problemas da Pobreza: Conceitos, contextos e modos de vida*, Lisboa: ISCTE (dissertação de mestrado em sociologia rural e urbana)

CARVALHO, Paulo de

1991: *Estrutura Social e Linguagem. O caso da Angola colonial*, Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra

2002a: *Angola. Quanto Tempo Falta para Amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social*, Oeiras: Celta

2002b: *Audiência de Média em Luanda*, Luanda: Editorial Nzila

2004: *Exclusão Social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda*, Lisboa: ISCTE (tese de doutoramento em sociologia)

CEITA, Camilo

2001: “Caracterização da Pobreza em Angola. Perfil da pobreza 2000, Dados preliminares”, comunicação apresentada ao *Seminário sobre Políticas Sociais*, Luanda

COSTA, Alfredo Bruto da

1998: *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva

GAULEJAC, Vincent de & Isabel Taboada LÉONETTI

1994: *La Lutte des Places. Insertion et désinsertion*, Lonrai: Hommes et Perspectives

GLAUDE, Michel

1998: “La Pauvreté, sa Mesure et son Évolution”, in T. Atkinson et al. *Pauvreté et Exclusion*, Paris: La Documentation Française, pp. 37-67

GRAVE, Júlia & Gilberto RIBEIRO

1999: “Perfil da Pobreza em Angola. Principais causas e consequências” *Anais da III Jornada Técnico-Científica da FESA*, Luanda: Fundação Eduardo dos Santos, pp. 25-34

INSTITUTO Nacional de Estatística

1996: *Perfil da Pobreza em Angola*, Luanda: INE

INSTITUTO Nacional de Estatística & UNICEF

1997: *MICS. Inquérito de Indicadores Múltiplos*, Luanda: INE & UNICEF

2002: *Inquérito de Indicadores Múltiplos. MICS*, Luanda: INE & UNICEF

MAY, Julian

2000: “An Elusive Consensus: Definitions, measurement and analysis of poverty”, in UNDP *Choices for the Poor*, <http://www.undp.org/dpa/publications/choicesforpoor/ENGLISH/index.html>, pp. 23-54

MINGIONE, E.

1993: “The new urban poverty and the underclass: Introduction”, *International Journal of Urban and Regional Research*, pp. 325-327

MINISTÉRIO da Agricultura & FAO

1997: *Inquérito aos Agregados Rurais. Resultados*, Luanda: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural & Organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

PEREIRINHA, José

1996: “Pobreza e Exclusão Social. Algumas reflexões sobre conceitos e aspectos de medição” in J. C. Ferreira et al. (org.) *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras: Celta, pp. 208-232

PNUD

2000: *Políticas de Redução da Pobreza. Procurando a Equidade e a Eficiência*, Luanda: PNUD (draft)

SANGO, André de Oliveira

2002: *O Modelo Político Angolano: Perspectivas*, São Paulo: Universidade de São Paulo (tese de doutoramento em sociologia)

SEN, Amartya

1983: “Poor, relatively speaking”, *Oxford Economic Papers*, nº 35, pp. 153-169

1985: *The Standard of Living*, Cambridge: Tanner Lectures

1999: *Pobreza e Fomes. Um ensaio sobre direitos e privações*, Lisboa: Terramar (original: *Poverty and Famines. An Essay on Entitlement and Deprivation*, Oxford + Nova Iorque 1981)

2000: *Nierównosci. Dalsze Rozwazania*, Cracóvia + Varsóvia: Znak (original: *Inequality Reexamined*, Harvard University Press, 1992)

STITT, Sean

1994: *Poverty and Poor Relief. Concepts and Reality*, Aldershot: Avebury

YUNUS, Muhammad

2002: *O Banqueiro dos Pobres*, 2ª edição, Algés: Difel (original: *Banker to the Poor*, Nova Iorque 1997)